



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 3/2012

SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2012

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Maria Júlia Marques Franco Mira, respectivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança, dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Rui Miguel Costa e Silva, Carla Maria Pires Rodrigues e dos Presidentes de Junta das Freguesias de Arruda dos Pisões e Azambujeira, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Pediu a palavra para solicitar informação acerca da razão da ausência do Presidente da Assembleia Municipal e para referir que, muito embora não tenha nada a opor a que o lugar de segunda secretária seja ocupado pela Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira, o regimento obriga a que a Assembleia escolha o membro da Mesa. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou que as razões da ausência do Presidente da Assembleia Municipal são de ordem pessoal e que em relação à ocupação do lugar de segunda secretária na Mesa foi efetuada de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 8º do regimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Assembleia Municipal que prevê que a substituição é feita por membro indicado pelo grupo municipal a que o faltoso pertença. -----

----- **PONTO PRÉVIO** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida conhecimento que deram entrada na Mesa três votos de pesar, um voto de louvor, duas moções e uma recomendação. -

----- Foram concedidos aos líderes dos grupos municipais 15 minutos para discussão das mesmas e eventuais correções ou alterações. -----

----- Após o tempo concedido para discussão dos textos finais das propostas os mesmos foram lidos pela Primeira Secretária (anexo 2). -----

----- Após a leitura das mesmas o Presidente da Mesa anunciou que estas seriam anunciadas à medida que fossem colocadas a votação. -----

----- **Moção contra a extinção de Freguesias em defesa do Poder Local Democrático** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ O sentido do meu voto vai no seguimento daquilo que tive oportunidade de partilhar convosco na Assembleia Temática, única e exclusivamente dedicada a este tema. -----

----- Não partilho da opinião que sejamos mais alguns a remar contra uma corrente, que não estando perfeitamente correta, não está a ser negociada nem está a ser trabalhada, tem duas posições extremadas e eu não posso de forma nenhuma concordar com esta situação. -----

----- Não concordo também com a linguagem do documento quando se diz “liquidação” de freguesias e “atentados” ao poder local. Acho que esta assembleia devia ter um discurso mais elevado que este para debater um tema tão sério.” -----

----- **Moção – Extinção de Freguesias só se confirmada em Referendo Local, segundo o princípio o povo é quem mais ordena subscrita pelo Deputado Municipal do Bloco de Esquerda** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **rejeitada por maioria** dos presentes com 23 votos contra, 1 voto a favor e 7 abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Declaração de voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Relativamente a estes dois documentos que nós acabamos de votar é contraditória a minha posição, ter votado favoravelmente numa, quando afinal o tema, a essência é a mesma, e nesta segunda eu votar contrariamente. -----

----- Acontece que eu vou justificar esta oposição, esta contrariedade que eu própria sinto relativamente à posição assumida: uma a favor e outra contra. E está pelo facto de referir esta moção, nomeadamente na deliberação, no terceiro ponto “defender para esse efeito realização de referendos locais”. -----

----- É evidente que eu em devida altura, aquando da sessão extraordinária sobre este tema, tive a veleidade de apresentar uma proposta e foi consciente. No final dizia que os primeiros a serem ouvidos, e caberia à nossa Presidente da Câmara e a toda a Câmara Municipal, auscultar a sensibilidade das populações. Eu dizia isso e o que me fez levar a votar contra foi exatamente o ponto três que diz: “defender para esse efeito a realização de referendos locais”. Nós temos que ser muito objetivos e a elaboração do referendo tem muito, muito a dizer e muito a fazer. Não há tempo, não há meios para desencadear todo um processo desse tipo.” -----

----- **Declaração de voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Dizer apenas que a razão que nos levou a abster na votação desta moção tem apenas a ver com o percebermos a dificuldade operacional de realizar esta proposta, quer pelo facto da complexidade que teria a construção de um referendo, quer pelos meios não disponíveis que as freguesias teriam que afetar ao referendo, quer pela sua ineficácia do ponto de vista normativo. E portanto nós achamos que tendo aprovado a proposta anterior ficamos cientes de qual é o sentido desta Assembleia em relação à extinção das freguesias”. -----

----- **Declaração de voto do Deputado António José Rodrigues da Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu mantive esta proposta por considerar que a forma mais profunda de auscultar as pessoas que são as mais interessadas em todo este processo, é através do referendo, apesar de reconhecer as dificuldades e os custos que efetivamente uma situação dessas acarreta. -----

----- Mas a democracia é exatamente isso, acarreta custos, o tempo em termos de legislação, o referendo também tinha por objetivo reverter todo este processo que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

está a ser imposto pelo Governo e pela maioria da Assembleia da República, porque é um processo que as pessoas já se manifestaram contra, a auscultação que foi feita, a forma como demonstraram isso no dia 31 de março, está aí um conjunto de indícios fortes, de demonstrações precisas, que de facto não estão a favor da extinção ou redução de freguesias, e é uma forma de fazer as pessoas, de uma forma democrática, através do voto democrático, demonstrar o seu sentido e a sua preferência, era através do referendo.” -----

----- **Recomendação – Sessão Temática sobre o desemprego no Concelho de Rio Maior** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A minha declaração de voto, embora votando favoravelmente, tem a ver com o seguinte e é apenas uma ressalva para não cairmos na trivialidade de assembleias temáticas. Acho muito interessante tê-las, muito!, e esta é uma delas, que vai com certeza proporcionar-nos uma reflexão sobre a situação económico-financeira do nosso Concelho, e quiçá o caminho, porque nós andamos à procura é de um caminho. No entanto há tantas áreas que nós podemos e devemos desenvolver, ser criterioso nelas para não cairmos exatamente nessa rotina, no fastidioso que se pode tornar.” ---

----- **Declaração de voto do Deputado António José Rodrigues da Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Esta minha declaração de voto vem na sequência de facto da intervenção da estimada nossa Deputada. É que não é uma forma de trivializar as assembleias temáticas e nós consideramos, de facto, que a situação económica, social e que se reflete depois no desemprego é uma temática extremamente importante e por isso a nossa proposta aqui apresentada e aprovada.” -----

----- **Voto de Louvor à Rádio Renascença** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A CDU votou a favor deste voto de congratulação à Rádio Renascença porque tem da vida democrática e da democracia uma dimensão que vai para além do que aquilo que me podia parecer no início estar associado, que era hiper valorizar alguns aspetos que ligaram Rio Maior ao 25 de Novembro. Felizmente que dentro desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Assembleia houve algum debate, por isso é que demoramos mais um bocadinho para retirarmos esses dois parágrafos. Voto a favor, mas espero que isto não seja um ponto de partida para alguns sinais de revanchismo que comecei a sentir no pós sessão de 25 de Abril. Espero bem que não. Portanto vou votar a favor e espero que todos nós tenhamos essa capacidade de perceber que não é com revanchismos que se constrói o futuro em Rio Maior.” -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Portas** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de voto do Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Eu gostava de vos dar um testemunho pessoal. Eu já sou um jovem nascido em 58, no mesmo ano que o meu camarada ou ex-camarada e amigo Miguel Portas e fomos ambos militantes da União de Estudantes Comunistas. Tive a felicidade de o conhecer no longínquo ano de 1978, estivemos envolvidos na criação de uma das organizações jovens mais fortes do país, que é a Juventude Comunista Portuguesa, a JCP, na altura era a JC e UEC que se fundiram num congresso muito animado, e o que me fica sempre na memória do Miguel Portas é uma determinação imensurável, uma capacidade de trabalho invejável e a melhor homenagem que eu lhe posso deixar e que nós podemos deixar é continuar a lutar por aquilo que ele tanto fazia, era por um mundo mais justo, mais livre, mais soberano, resultante da transformação da sociedade que ele tanto ansiava. -----

----- Ao Miguel, esteja onde ele estiver, vai um abraço grande e que a gente cá continuará a lutar pelos seus ideais, cada um à sua maneira. Divergimos, em 89 ele seguiu um outro caminho, eu continuei fiel ao Partido Comunista Português, ele seguiu outros caminhos, mas tal como o meu pai dizia: “ a vida é um encontro de estradas e de caminhos” e a gente há-de encontrar-se um destes dias nessa estrada, que é a estrada da transformação da sociedade.” -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Marcolino Sequeira Nobre** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio pelo falecimento de Miguel Portas e Marcolino Sequeira Nobre. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo para apresentação de uma comunicação na sequência de um assunto tratado na anterior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

sessão da Assembleia Municipal, designadamente a candidatura do Centro Especial “O Ninho” e a participação dos deputados municipais. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Transmitiu com agrado a informação recebida como membro do Rotary Club de Rio Maior da aceitação do projeto que o mesmo clube apresentou a favor do Centro de Educação Especial “O Ninho” de Rio Maior, para equipamento de parte de uma sala de SNOEZELEN, conforme já explicado na anterior sessão aquando da votação da recomendação proposta. -----

----- Informou, por isso, que a Federação Rotária Portuguesa aceitou a candidatura que tem início em junho e termina em dezembro do corrente ano. -----

----- Relembrou que foi pedido a esta assembleia a colaboração dos representantes da comunidade através da doação ao Centro Especial “O Ninho” do valor respeitante às senhas de presença, o que poderá ser feito diretamente à instituição se assim for entendido por cada um. -----

----- Reafirmou ainda que o Rotary Club foi apenas quem desencadeou o processo desta candidatura e é exclusivamente o intermediário. -----

----- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 1/2012 e n.º 2/2012 referentes à Sessão Ordinária de 25 de fevereiro e Sessão Extraordinária de 17 de março, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata n.º 1/2012 por maioria dos presentes dos presentes com 28 votos a favor e 3 abstenções. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2012 por maioria dos presentes dos presentes com 29 votos a favor e 2 abstenções. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pela Primeira Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 3. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputada Albino da Piedade Ferreira -----

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que a Assembleia de Freguesia de Arrouquelas reunida no dia vinte de abril votou um ponto acerca da plantação desordenada de eucaliptos na freguesia e que Junta de Freguesia pretende esclarecimentos, por escrito ou em reunião, sobre a quem deve recorrer quando são denunciadas estas situações por parte dos fregueses, já que as situações levadas ao conhecimento da Câmara Municipal e na GNR de Rio Maior até à data não tiveram qualquer retorno. -----

----- Agradeceu ainda publicamente ao Senhor José Marques, proprietário da Quinta da Badula em Arrouquelas, por ter transformado uma grande área de plantação de eucaliptos em vinha, demonstrando que é possível o aproveitamento de terrenos agrícolas com outro tipo cultura. -----

----- Referiu ainda que o concelho de Rio Maior tem vindo a apostar na produção de vinho de qualidade e que este, em sua opinião, será um novo caso de sucesso. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por endereçar à Presidente de Junta de Freguesia de Azambujeira as condolências pelo falecimento do seu pai. -----

----- Desejou a todos uma boa participação no 1º de maio quando a desvalorização do trabalho é uma das questões centrais dos nossos tempos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Convidou todos os membros da Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, e todo o executivo municipal, na pessoa da sua Presidente, para a sessão comemorativa do 28º aniversário da Freguesia da Asseiceira. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos do porquê de não ter ainda recebido as respostas por escrito colocadas em outubro passado, que têm a ver com água potável, com as águas da Ribeira de Santo André, com a casa da avó, com o buraco da EN1, com a limpeza da ribeira das Abuxanas, etc., referindo que não percebe porque é que não recebe as respostas a estas questões, e que se tal se continuar a verificar a lei prevê que se possa endereçar o pedido ao Provedor de Justiça, não que seja esse o seu desejo, mas a resolução destes problemas assim o obriga. -----

----- Questionou para quando está previsto o pagamento das despesas de capital às freguesias, já se trata de uma época de extrema dificuldade e disse esperar que possa haver uma resposta já que se trata de uma preocupação muito grande. -----

----- Questionou também se vão haver ou não transferências das delegações de competências, já que se trata de um protocolo de 4 anos e que as freguesias fizeram o orçamento de 2012 de acordo com as indicações dadas acerca deste assunto, e não sabendo se haverá ou não transferências a situação se torna ingovernável, com a agravante de não tendo a Junta de Freguesia a competência e os meios financeiros para fazer, terá que ser a Câmara Municipal a assegurar esses trabalhos. -----

----- Solicitou esclarecimentos relativamente aos resultados do QREN relativamente às candidaturas de mérito, se já há resultados e quando chegam, e sendo necessária a ajuda da Junta de Freguesia de Asseiceira podem contar com ela. -----

----- Solicitou também esclarecimentos acerca da loja do cidadão, do que se passou e do que se passa em relação a esta situação. -----

----- Terminou dando a conhecer que recebeu finalmente a convocatória da CCDRLVT para a 2ª reunião plenária da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Rio Maior, quase um ano depois, e que a não realização desta reunião até 26 de junho implicava a extinção da comissão e o recomeço do procedimento. -----

----- **Deputada Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para deixar uma mensagem alusiva ao 25 de abril e ao facto de passados que estão 38 anos sobre este acontecimento não termos ainda conseguido atingir os ideais dessa revolução, mas que acredita que ainda é possível construir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Portugal de abril, onde não haja desprezados, onde não haja fome, onde não haja mais lugar para esmolas. Considerou que não podemos viver mais de aparências e que para todos termos mais é preciso produzir mais e melhor retribuir. -----

----- Salientou que o que a revolução de abril veio anunciar foi uma sociedade fundada na dignidade humana e não de apenas alguns que se querem afirmar donos dessa mesma revolução. -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relatou que no dia 25 de abril enquanto recolhia sobras em vários estabelecimentos comerciais para distribuir por riomaiorenses que enfrentam problemas de pobreza, refletiu sobre o estado do país e como se chegou a este estado. Conclui que o país tem sido mal governado por políticos sem estratégia para Portugal, governando à vista e de acordo com as circunstâncias ocasionais, como por exemplo o abate das frotas pesqueiras bem como o abate na agricultura, a troco de dinheiro para construção de autoestradas, deixando o país sem estratégia estrutural e dependente da vontade política europeia. -----

----- Referiu ainda a posição dos bancos que facilitaram e incentivaram o consumo até à exaustão e ainda alguns maus empresários cujo objetivo principal era enriquecer rapidamente, não estruturando as empresas convenientemente, deixando-as para segundo plano. -----

----- Salientou também a diferença feita na justiça, para ricos e para pobres, e na forma como é permitido que quem tem meios possa, de forma ardilosa, permanecer impune, como é exemplo o caso de Isaltino Morais, o caso do Freeport, dos sobreiros abatidos, o caso dos submarinos, o caso BPN e outras empresas, como a EDP e a Telecom que lucram milhões à custa da exploração dos outros e também da GALP que apresentou lucros obscenos, com direções com salários excessivos enquanto os portugueses continuam com salários de miséria. -----

----- Continuou dizendo que temos políticos mentirosos, que tudo prometem em campanha e que quando chegam ao poder fazem precisamente o contrário. -----

----- Considerou que seria talvez altura de refletir se o chumbo do PEC IV, que conduziu à queda do anterior governo, e cuja responsabilidade tanto foi da direita como da esquerda, não foi só um pretexto para o atual governo tomar o poder e chegarmos ao estado a que este país chegou. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por fim afirmou não ser este o país que quer para as suas filhas e para os seus netos. -----

----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Intervenção que se transcreve na íntegra conforme previsto no n.º 2 do artigo 67º do regimento da Assembleia Municipal: -----

----- “ No passado dia 22 de abril, Dia Mundial da Terra e Dia Nacional do Património Geológico tive o grato prazer de assistir aqui nos paços do concelho à entrega do prémio Geoconservação 2012, o qual foi atribuído à candidatura intitulada “O Vale Diapírico da Fonte da Bica/Ecomuseu Salinas de Rio Maior – Um Património Geológico, Natural, Histórico e Cultural a Conhecer e Preservar”, candidatura essa apresentada pelo nosso município. O júri que atribuiu o prémio à nossa candidatura era composto por representantes da ProGeo (Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico), da National Geographic, da Associação Portuguesa dos Geólogos e do Instituto de Conservação da Natureza. -----

----- Este prémio foi instituído pelo grupo português ProGeo com o objetivo de premiar as autarquias que se distingam na implementação de estratégias para conservar e valorizar o património geológico existente no concelho. Deste modo foi premiado o esforço que a autarquia tem feito para dinamizar, preservar e divulgar as salinas e a estrutura geológica na qual se inserem, Vale Diapírico da Fonte da Bica. ---

----- Não podemos esquecer que as nossas salinas são uma marca indelével na identidade riomaiorense, constando da nossa heráldica municipal, e tem sido um fator de fixação humana na região ao longo dos anos. Só nos anos trinta se tomou consciência do elevado potencial turística e cultural que este espaço tem para Rio Maior. A construção do posto de informação no local, anos mais tarde, foi o primeiro passo no sentido de dar alguma informação ao longo da época alta do turismo. Nos últimos anos este posto passou a estar aberto todo o ano mesmo em condições precárias. -----

----- A participação de Rio Maior no projeto transnacional designado como “Ecosal Atlantis”, permitiu, de forma decisiva, iniciar uma nova relação com as Salinas e dar-lhe a projeção, mais que merecida e reconhecida por todos, mas que teimosamente tardava. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Adaptaram, com algumas obras e imaginação, o antigo Posto de Informação Turística a Posto de Turismo, onde agora se pode receber as pessoas com outra dignidade, foi colocada sinalética direcional nas principais vias de acesso a Rio Maior, o serviço educativo da Casa Senhorial tem promovido atividades lúdicas e pedagógicas e, com a participação da comunidade local, foi criado um circuito de visita, disponibilizando informação variada para que o mais diversificado público usufrua do espaço em questão. -----

----- Neste momento, o Ecomuseu das Salinas de Rio Maior disponibiliza vários serviços: atendimento, visitas guiadas, serviços educativos e, mais recentemente, um conjunto de painéis que permitem fazer a interpretação do meio natural e cultural, no tempo e no espaço. -----

----- Este prémio foi, sem dúvida, o corolário do trabalho que se tem vindo a desenvolver nas Salinas, sendo simultaneamente um incentivo para continuar com o projeto, demonstrando ainda, que, quando se investiu “nesta singularidade” considerando ser uma prioridade em relação a outros espaços e sítios, estava-se no caminho certo. -----

----- Tal como disse o representante da ProGeo, Mário Cachão, no seu discurso na cerimónia de entrega, este prémio foi atribuído a uma candidatura que não é de intenções «vai-se fazer, vai-se criar...» mas sim a uma candidatura que visa reconhecer e premiar trabalho já executado, obra já feita e de notório impacto na conservação do património geológico e cultural. Assim, todos os intervenientes nesta obra realizada e os que elaboraram a candidatura estão de parabéns: a autarquia, os salineiros, a comunidade local, os técnicos do município, Dr.^a Cristina Vicente e Dr. Carlos Pereira, e a Engenheira Geóloga Júlia Mira, que colaborou a título de cidadania”. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Interveio para enaltecer o valor do certame das tasquinhas para o concelho e a sua transversalidade a toda a sociedade. -----

----- Considerou, no entanto, que não foi dado o devido relevo, sobretudo na comunicação social, à importância que este evento merece. -----

----- Saliu a melhoria de todas as tasquinhas em geral e que foi feito um trabalho notável num ano de grandes dificuldades para todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deixou ainda uma palavra para as pessoas que estão nos bastidores, que são voluntários, que em prejuízo da sua vida profissional e pessoal, se dedicam, de alma e coração, para que tudo corra bem. -----

----- Destacou ainda mais alguns eventos e atividades no âmbito deste certame e a decisão, que considerou extremamente correta, de não se cobrar entrada durante a semana que permitiu a visita de muitas pessoas numa época difícil financeiramente e também que não houvesse uma grande diferença entre a afluência durante a semana e o fim-de-semana. -----

----- Dirigiu ainda uma palavra de apreço, que considerou muito merecida, ao cartoonista que faz o cartaz das tasquinhas há já muitos anos, António Maia, e que já se transformou numa imagem de marca das tasquinhas de Rio Maior. -----

----- Por fim sugeriu que através da jovem equipa que tomou agora posse na Associação Empresarial de Rio Maior em conjunto com a Câmara Municipal se continue a inovar e a empreender para que as tasquinhas de Rio Maior não se tornem um evento fechado e estagnado. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conhecimento que, como representante na Comunidade de Saúde eleito pela Assembleia Municipal, teve lugar o último conselho da comunidade porque o ACES acabou no dia 29 de fevereiro tendo sido modificado estando para aprovação novos agrupamentos e nova designação. -----

----- Informou que neste último conselho foi apresentado o relatório de atividades de 2011 do qual deu algumas notas como o facto de este agrupamento abranger 150 mil pessoas, tem um índice de longevidade de 51%, relativamente a Rio Maior tem 50%, o que quer dizer que no conjunto das pessoas idosas 50% têm mais de 75 anos, o índice de dependência em Rio Maior é de cerca de 52,9%, o que quer dizer que do universo dos idosos 52% tem uma grande dependência e precisam de assistência de terceira pessoa. Notou que existe um índice de envelhecimento de 142%, uma taxa de natalidade de cerca de 9% um índice de mortalidade de cerca 10%. -----

----- Deu também conhecimento que o centro de saúde fez cerca de 80 mil consultas, teve uma taxa de cobertura de cerca de 70%, o que revela que cada pessoa foi, em média, 4,5 vezes ao centro de saúde. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referindo-se aos custos esclareceu que cada ato médico em receituário fica em cerca de 200 euros, preço de venda ao público e exames auxiliares de diagnóstico em cerca de 50 euros. Notou ainda que no que se refere a recursos humanos o centro de saúde tem cerca de 70 colaboradores e a média de idades é nos médicos de 53 anos, nos enfermeiros de 41 anos, fazendo notar que é necessário repensar os métodos e metodologias no âmbito da saúde. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por focar o tema do desemprego referindo o seu aumento no país e também no nosso concelho, que ronda já as mil pessoas, tendo em conta os dados estatísticos do IEFP relativos ao mês de março. Considerou que este problema tem que estar no centro da atenção e da ação do município e que por isso a apresentação da recomendação anteriormente votada. -----

----- Notou ainda com preocupação o que parece ser um aumento da precaridade laboral entre os trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, já que da interpretação feita dos gráficos constantes da documentação disponibilizada a percentagem de trabalhadores com vínculo temporário aumentou de 12% para 13%, considerando não ser este um bom caminho a seguir. -----

----- Salientou ainda que dos mesmos documentos, nomeadamente o enquadramento macroeconómico do relatório de gestão, se pode constatar a política errada do governo, que vem enfraquecendo o crescimento económico e provocando um aumento do desemprego, dificultando o ajustamento necessário que, em sua opinião, está a ser obtido através do ataque frontal aos direitos mais essenciais, mais básicos do fator trabalho na sociedade. Considerou que esse é um caminho que nos leva ao abismo e à extrema pobreza e que é necessário combater e contrariar. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por se referir ao facto de as tasquinhas, por serem evento já de grande importância no roteiro gastronómico, devem ser acauteladas e muito bem cuidadas. ---

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Vítor António Duarte Santos, considerou de grande importância a informação na área da saúde por ele disponibilizada e da qual podem retirar-se conclusões em relação ao estado do país. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou, seguidamente, informação sobre as obras na zona antiga e para quando está prevista a sua conclusão, já que se trata de uma obra prolongada e que tem provocado um enorme incómodo. -----

----- Apontou ainda que seria interessante a colocação de informação visível acerca das obras que estão a ser executadas, qual a sua natureza e finalidade, o seu prazo, e a relevância da intervenção em cada local. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por demonstrar grande preocupação com o problema social que se vive no concelho de Rio Maior, já que contrariamente ao que se passa em outras zonas do país, em Rio Maior, e em função daquilo que tinha sido uma estratégia até aqui delineada, não houve nenhuma grande empresa que tivesse paralisado, o que torna o problema do aumento do desemprego mais preocupante, sendo que desde 2009 este já aumentou em cerca de 74%. Considerou, por isso, que seria importante que se criasse uma força que pudesse ser um apoio a muitas organizações que estão a fazer algum trabalho e assim se olhasse mais para as pessoas. -----

----- Questionou acerca do ponto de situação do Provedor do Município. -----

----- Solicitou também esclarecimentos sobre o ponto de situação do projeto do hotel das Marinhas do Sal e se há algum acordo de privilégio com alguma academia ou empresa com sede em Madrid e capitais ingleses com a Desmor. -----

----- Afirmou quanto ao projeto das hortas urbanas que se trata de um projeto naíve em Rio Maior. Considera importante e interessante que as pessoas tenham um pedaço de terra, mas também considera que ir atrás de um projeto do Arquiteto Ribeiro Teles que tem como objetivo criar espaços que combatam a impermeabilização dos solos de uma forma rentável em grandes centros urbanos e transformar isso para Rio Maior é algo que, em sua opinião, parece anacrónica do ponto de vista da demagogia. -----

----- Relativamente a este projeto questionou o porquê de um gasto de 11 700 euros com uma firma para consultoria desse projeto e quais são as obrigações que a Câmara Municipal vai ter no cuidado, no controle da rega, da água e da vigilância dos terrenos. -----

----- Referiu a satisfação pelo prémio Geoconservação 2012 e fez uma pequena correção dizendo que o interesse municipal que consta do projeto resulta da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

classificação que foi feita em 1997. Chamou por isso à atenção que deve haver justiça e equidade quando se faz estas coisas, e que a classificação do património como de interesse público é uma coisa da qual se orgulha e que não pode em algumas alturas ser hasteadado para receber prémios e em outras servir para evitar e criar obstáculos ao desenvolvimento. Saliu que só é possível que haja este prémio porque há uma classificação de interesse público que data de 31 de dezembro de 1997. -----

----- Por último fez notar a discrepância entre aquilo que são as promessas e os atos, designadamente no que se refere à revitalização do centro histórico. Considerou que deve dizer-se que a única coisa que neste momento está a decorrer é uma candidatura do anterior executivo que tem a ver com a reabilitação urbana em função dos “passos”. Disse custar-lhe ter-se gasto dinheiro num plano estratégico e agora as coisas não desenvolverem conjuntamente e de acordo com os projetos existentes.-----

----- Questionou o que é que leva a que a obra da loja do cidadão continue como está, o que é que permite que a volumetria ultrapasse os limites estabelecidos no PDM e qual o porquê da demolição de dois prédios, o preço a que isso corresponde e quais são os objetivos para o espaço. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para agradecer o esforço de todos aqueles que participaram nas tasquinhas e a todos aqueles que se voluntariaram e esforçaram em favor das suas freguesias, das suas coletividades, associações ou IPSS. -----

----- Endereçou, por isso, os parabéns a todos os que participaram e em particular à tasquinha vencedora. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que em relação às dívidas às juntas de freguesia já está agendada uma reunião para dia 3 de maio onde irá ser dado o ponto da situação e de alguma forma fazer também o ponto de situação do que está para trás face ao ano de 2012. Afirmou ser uma situação que também ao executivo está a custar por não poder transferir as verbas e resolver as situações atrasadas, mas é do conhecimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Assembleia Municipal a ordem que veio do Tribunal de Contas para liquidar o empréstimo de curto prazo de 600 000 euros e que de alguma forma deixou a Câmara Municipal sem disponibilidade e capacidade de resolver muitas situações e em especial esta. -----

----- Referindo-se à bolsa de mérito foi recebida uma informação do observatório do QREN em que dos onze municípios da Lezíria do Tejo, Rio Maior e Benavente foram os dois únicos municípios que foram contemplados no âmbito deste projeto e se aguarda agora mais informação acerca das candidaturas. -----

----- No que se refere à construção do edifício onde irá ficar a loja do cidadão, fez notar que o processo foi conduzido da melhor maneira possível permitindo que a empresa à qual estava adjudicada a obra, antes de declarar a insolvência, fizesse a cedência da posição a uma outra empresa e neste momento as obras estão a decorrer normalmente. -----

----- Disse ainda que em relação à problemática do desemprego foi já realizada uma reunião de Câmara extraordinária onde, para além deste assunto, foi também abordada a Reorganização Administrativa, e onde se deliberou que este município está a acompanhar a situação, já que mesmo não havendo nenhuma grande empresa do concelho a fechar portas, infelizmente houve muitas pequenas e médias empresas que o fizeram e que resulta no número crescente do desemprego no concelho. Informou que têm sido desencadeados procedimentos com algumas entidades que trabalham na área do emprego e na possibilidade de captação do mesmo. -----

----- Quanto à situação do Provedor do Município esclareceu que há um processo que está a ser desencadeado e a seu tempo será dado conhecimento dessa situação. -----

----- Referindo-se ao hotel a instalar na zona das Salinas disse que esta situação é do foro privado e que o que foi presente a esta assembleia foi o pedido de reconhecimento do interesse municipal solicitado pelos mesmos e que foi aprovado por ser do interesse municipal a instalação de um estabelecimento hoteleiro na zona. –

----- Sobre a Academia de Futebol, esclareceu que não há nenhum acordo privilegiado com a Desmor, o que existe é a prestação de um serviço: eles utilização as instalações e pagam o custo da mesma de acordo com a tabela de taxas existente.-

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por se referir à questão colocada acerca das plantações de eucaliptos e que a informação fornecida pelos serviços é que compete à GNR/EPNAZE fazer o controlo das plantações. Referiu que é normal que a lei obrigue a que sempre que se pretende fazer uma plantação de eucaliptos seja feito um pedido de parecer à Câmara mas quem deve fazer a fiscalização sobre as plantações não é a autarquia mas sim a GNR. -----

----- Fez saber ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira que teria toda a disponibilidade para responder às questões colocadas desde outubro na reunião agendada para dia 3 de maio, e que muito embora o faça com todo o agrado julga já ter respondido a algumas delas. Disponibilizou-se no entanto para esclarecer qualquer questão que ache pertinente. -----

----- Esclareceu que no que respeita à loja do cidadão só agora foi clarificada em definitivo a situação porque antes foi um período complicado, de conversações com a empresa insolvente, onde foi encontrada a melhor forma de resolução para a situação da construção do espaço polivalente e da ampliação do centro de estágios, designadamente com a rescisão unilateral por parte da empresa e cedência da sua posição contratual, pelo mesmo valor que tinham sido adjudicadas, de acordo com a lei. -----

----- Informou também que a empresa que tomou a posição, CECAL, que estava e está a fazer a obra do mercado municipal tem tido a preocupação de os subempreiteiros nestas obras sejam do concelho de Rio Maior. -----

----- Informou também que se prevê que a obra do espaço polivalente onde se instalará a loja do cidadão esteja concluída a 30 de junho e que AMA entrará em obra no início de julho. -----

----- Relativamente à reunião da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM referiu que a data que inicialmente estava falada não era a que agora está na convocatória, mas que isso é o de menos importante nesta fase. -----

----- Quanto às hortas sociais afirmou existir falta de conhecimento relativamente a este assunto e que se trata de um projeto sério e honesto, que custou efetivamente 11 700 euros referentes a custos com todo o procedimento e afirmou ainda que todas as pessoas que tenham hortas sociais, durante um ano e meio, vão ter acompanhamento técnico, pedagógico no sentido de poderem evoluir e retirar o melhor daqueles espaços. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou que a crítica a este projeto por parte do Deputado António Manuel da Silva Moreira não tem qualquer fundamento, que as hortas sociais nada têm a ver com o conceito que falou e que a pior coisa que se pode fazer é brincar-se com as pessoas fazendo-se chacota política de um projeto sério. -----

----- Acerca da obra da Rua Professor Manuel José Ferreira e da plantação ou não de árvores, esclareceu que embora esse projeto da Via Sacra venha já do anterior executivo, a diminuição do custo das obras permitiu estender a intervenção e prever a existência de ecopontos e árvores nessas zonas. Esclareceu ainda que a população residente e com estabelecimentos na zona entenderam que não queriam a colocação desse equipamento e a plantação das árvores, o executivo ouviu a população e alterou o projeto. -----

----- Disse ainda que também na Avenida de Portugal os moradores da Encosta do Sol tiveram uma reunião na Câmara de onde surgiram algumas alterações de acesso à urbanização de acordo com a vontade dos mesmos. -----

----- Realçou que a Câmara Municipal tem mantido o diálogo com as pessoas e tentado arranjar soluções que para os problemas que são apresentados, não impondo as obras com intransigência. -----

----- O Deputado António Manuel da Silva Moreira interpolou a mesa para intervir em defesa da honra conforme previsão regimental. O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra para o efeito. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que ninguém tem o direito de menosprezar as intervenções seja de quem for e que este é um espaço livre e democrático, e que não deviam ser apontadas afirmações que não disse. Afirmou que aquilo que disse foi que o provincianismo de alguns dirigentes e das ideias, e não dos riomaiorenses, de querer trazer estacionamento pago para Rio Maior, como se fosse uma baixa de um grande centro, é provincianismo; queres trazer projetos de hortas urbanas para Rio Maior como se fosse uma cidade urbana de grande dimensão, é provincianismo. -----

----- Afirmou que gostava de ver respondido era efetivamente como foram pagos os 11 700 euros, que representa em 5% uma obra superior a 200 mil euros, e também a questão da demolição dos prédios da Rua Mouzinho de Albuquerque. -----

----- Disse ainda que não se intimida com respostas de voz grossa quando outros não querem responder. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para esclarecer que a palavra é dada ao Vice-Presidente para esclarecimento de assuntos no âmbito das competências que lhe foram delegadas e não para fazer qualquer papel intimidatório. -----

----- Pediu que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Afirmou que não iria entrar em diálogo e que em democracia havia que se respeitar as ideias de cada um, no entanto referiu que a liberdade de um termina onde começa a de outro e que acima de tudo deve haver respeito como cidadãos. -----

----- Esclareceu que sobre os dois prédios a demolir, a Câmara Municipal já aprovou a aquisição dos mesmos, são prédios que já têm muitos anos, que estão em ruínas, desocupados e que estrangulam o fluxo de trânsito na zona. Referiu ainda que assim será também dado cumprimento ao plano de pormenor existente desde a década de 90 para a zona e permitirá desanuviar o conflito de trânsito e simultaneamente no espaço sobrance irá ser feito um pequeno jardim de apoio àquela zona com a dimensão que for possível. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Interveio para referir que a resposta dada acerca da situação da instalação da loja do cidadão foi, nesta sessão, de acordo com o normal funcionamento deste órgão ao contrário do que aconteceu numa sessão anterior. -----

----- Afirmou que as respostas aos esclarecimentos nas sessões podem ser dadas em momento posterior e que por isso não se justifica respostas duras e intempestivas. Disse ainda que foi uma reação que não apreciou e que esperava que no que se refere às suas intervenções não voltasse a acontecer. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Declaração de Compromissos plurianuais existentes em 31/12/2011 - artigo 15º, n.º1, alínea a) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** -----

----- **Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2011 - artigo 15º, n.º1, alínea b) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** -----

----- **Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2011 - artigo 15º, n.º1, alínea b) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** -----

----- **Escola Profissional, Lda., EM – Instrumentos de Prestação de Contas 2011** -----

----- **Desmor, E.E.M. – Relatório e Contas 2011** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Referiu ser a primeira vez que vem para conhecimento, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a declaração dos compromissos plurianuais existentes e é que constitui um instrumento de reconhecimento, conhecimento e aprofundamento da situação de cada câmara municipal, e deixou por isso algumas notas para reflexão: a primeira relativamente aos valores, em 2012 estão os compromissos assumidos são de 7 milhões e 800 mil euros, em 2013, 4 milhões, em 2014, 5 milhões e em 2015, 5 milhões, os seguintes, 60 milhões, e considerou que em condições normais a Câmara Municipal de Rio Maior não tem compromissos exagerados face ao seu fundo coesão municipal. -----

----- Salientou que o que é pena é que este governo com esta lei estar a beneficiar o infrator, de tal modo que a extensão dos cortes das transferências para as autarquias desde 2010 são mais de 1 milhão e 200 mil euros, são levados em conta os cortes previstos até finais de 2013, e às disposições anteriores do orçamento geral do estado e as respetivas leis de enquadramento orçamental, quer na matéria das retenções, quer na redução dos montantes, quer nas limitações ao crédito e alterações de regras e limites legais ao endividamento. Salientou que se soma agora para 2012 a lei dos compromissos, para a qual a ANMP já pediu a inconstitucionalidade, que é um insuportável e em muitos casos insustentável fator de limitação da atividade das autarquias. -----

----- Em sua opinião o que vai acontecer a esta Câmara e a todas as outras é o seguinte: -----

----- Em matéria de recursos humanos: redução de trabalhadores de 1% a 2% ou até 3% até 30 de setembro face ao número de trabalhadores existentes a 31 de dezembro, o que se traduz em despedimento efetivo; imposição de redução de pessoal dirigente até 30 de junho, sendo o mínimo uma redução de 15%; imposição em matéria de contratação trabalhadores, onde a norma é proibir contratar, só se podendo contratar se, além de um conjunto de outras condicionantes, se demonstrar que a quota de redução de pessoal será cumprida; determinação em matéria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

desempenho dos trabalhadores, a norma é congelar, e se não for cumprida dá direito a perda de mandato. -----

----- Em matéria de endividamento e recurso ao crédito: o endividamento global não pode ser superior a 31 de dezembro de 2011 penalizando sobretudo os municípios que não esgotaram a sua capacidade legal de endividamento em quaisquer dos três níveis, que no curto, no médio e no longo prazo. Considerou ser tremendamente importante que os autarcas desta assembleia e do executivo assumam a necessidade de lutar e acompanhar a ANMP no desiderato do excecionamento do empréstimo para ser fundamental conseguir fazer obra, para potenciar os valores do QREN. -----

----- Ainda em matéria de financiamento fez notar que a obrigação é reduzir 10% das dívidas a fornecedores com mais de 90 dias e a consignação dos montantes dos subsídios de natal e de férias dos trabalhadores da autarquia são para pagamentos de dívidas em atraso. -----

----- Afirmou ainda que a imposição conjugada destas reduções com a constante e progressiva redução da dívida a mais de 90 dias traduz-se na prática numa obrigação de começar a pagar todos os novos compromissos a um prazo máximo de 90 dias, completamente com a obrigação de assegurar uma violenta redução do stock da dívida em atraso registada em 2011. -----

----- Reiterou e chamou à atenção dos trabalhadores da autarquia que em matéria de subsidio de natal e subsidio de férias é o governo que diz que a autarquia pode ficar com eles para pagar dividas em atraso, ou seja, é roubando aos trabalhadores para pagar aos fornecedores, não que estes não tenham direito ao pagamento, mas este deve ser equitativo. -----

----- Em matéria de aquisição de serviços: disse tratar-se de uma norma burocratizante que trará procedimentos complexos, gerará custos desnecessários e não responderá a qualquer solução para os trabalhadores. -----

----- Disse ainda que, e a prova disso está no orçamento rectificativo, vieram 2 mil milhões de euros para pagar dividas em atraso para os municípios e o município de Rio Maior não vai receber nada, o que revela que os municípios que não cumpriram, não respeitaram e não se fizeram respeitar, serão beneficiados. -----

----- Para finalizar solicitou esclarecimentos sobre o facto de existir em dívida 300 mil euros em rendas de habitações sociais, sobre os dados do consumo da água, sobre a dívida da Depomor que a Câmara tem no valor de 135 mil euros, sobre a dívida à Águas do Oeste no valor de 355 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que respeita à Escola Profissional considerou que devíamos valorizar os nossos, como é exemplo este estabelecimento de excelência e questionou o que se passa relativamente ao terreno e porque é que ainda não está em situação regularizada e também relativamente aos 18 trabalhadores da escola, se estes são do quadro ou não. -----

----- Terminou questionando se os problemas financeiros e tesouraria sentidos na Desmor resultam de fatores exógenos, conforme é dito no relatório, quais são. -----

----- **Deputado Luís Fernando Henriques Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que fosse esclarecido em relação ao relatório da Desmor como é que em tão pouco tempo esta empresa passou de uma empresa municipal que reduziu a sua dependência para com a Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- Aproveitou ainda a oportunidade para desejar a esta direção a continuação do objetivo. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Elogiou os relatórios apresentados e do ponto de vista político achou muito correto. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da reunião realizada na segurança social sobre projetos de cantinas sociais, das reuniões com os Presidentes de Junta e o serviço de finanças acerca do IMI e ainda da reunião com o Secretário de Estado sobre equipas florestais. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Lamentou o facto de a ordem de trabalhos ser tão extensa e que os documentos tenham sido recebidos em cima do prazo o que impossibilita uma discussão aprofundada dos assuntos e considerou que esta não é a forma de honrar a democracia. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer ter visto na atividade municipal que a 7 de março se comemorou o 14º aniversário da ESDRM e perguntou em que situação se encontra a escola até porque é seu conhecimento existir um projeto de incubadora de empresas onde esta ainda se encontra. -----

----- Disse concordar em absoluto com o que foi dito pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo quanto à Escola Profissional de Rio Maior, já que a excelência



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

desta escola, o seu bom desempenho e a sua importância merecem um voto de louvor. Recordou que a EPRM comemora as XIX Jornadas Profissionais nos dias 8,9 e 10 de maio. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a dívida que se refere à habitação social refere-se aos bairros sociais e que se arrasta desde a sua construção e da sua ocupação por volta de 1994, assim como a questão da dívida da água. -----

----- Sobre a questão dos terrenos da Escola Profissional, informou que esta foi edificada em terrenos que pertenciam à antiga direção escolar, e que recentemente foi enviada documentação para a antiga direção do património para se poder resolver esta questão. -----

----- Quanto às questões da Desmor e das dificuldades esclareceu que uma das questões prende-se com o projeto da eficiência energética que neste momento não está a funcionar. Acrescentou que tem havido acompanhamento quer da Câmara Municipal quer da Desmor com a empresa e que neste momento houve o compromisso de instalarem cerca de mais cem painéis e espera-se que assim seja ultrapassada esta situação porque aquando da elaboração do projeto não foi verificada a real adequação das necessidades. -----

----- Informou ainda que a dependência da Desmor em relação à Câmara Municipal não é superior a 50% e não tem dívidas não estando assim prevista a sua extinção. ---

----- Esclareceu que a reunião realizada sobre o IMI foi a pedido da Chefe de Repartição de Finanças de Rio Maior e serviu para explicar o processo de avaliações a decorrer e foi também informado pela própria que o valor da atualização do IMI não reverte a favor do município mas sim para os cofres da administração central. -----

----- Quanto à reunião realizada com o Secretário de Estado sobre as equipas de sapadores florestais informou que não tem a ver com a Câmara diretamente mas sim com a ADSAICA e com os problemas da continuação destas duas equipas de sapadores profissionais. Disse também que nós temos uma equipa de sapadores florestais patrocinada pela Junta de Freguesia de Alcobertas. -----

----- Sobre o atraso dos documentos disse ter a informação que os documentos foram entregues no prazo previsto. -----

----- Relativamente à questão colocada acerca da diminuição do nível de dependência da Desmor em relação à Câmara, explicou que se deve à estratégia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

internacionalização dos serviços que possibilitaram estes resultados, a redução de alguns custos e uma boa gestão. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Lamentou a diferença entre fazer valer uma coisa que é regimental e a disponibilização em tempo da documentação tal como está acordado. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Interveio para dizer que não obstante existir um prazo para disponibilização da documentação há que admitir que o tempo para análise dos documentos se torna escasso com uma ordem de trabalhos tão extensa e se torna impossível haver tempo para a sua análise séria e honesta, lembrando que no devido tempo foi apresentada proposta para ser aumentado este prazo e que não foi contemplada na alteração do regimento. -----

----- Referiu ainda que não tem a possibilidade de se deslocar à Câmara para levantar os documentos em papel e o acesso através da internet foi por diversas vezes infrutífero o que levou a que não se possa pronunciar sobre grande parte dos documentos em discussão. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Interveio para pôr termo à discussão dizendo que o prazo é o que está regimentado e que foi aprovado e que havendo alguma proposta para alteração está deve ser endereçada devidamente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Mesa perguntou se foram, pelo menos, cumpridas as 48 horas regimentadas e justificou que lamentavelmente não foi possível produzir os documentos mais cedo e que futuramente se compromete a que os documentos sejam atempadamente disponibilizados, assim as condições o permitam. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que tinha informação por parte dos serviços da assembleia que alguns dos documentos estavam disponíveis na terça-feira ao final do dia e na quinta-feira estavam já disponíveis na sua totalidade. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal – Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto à Assembleia Municipal através da leitura do requerimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Procedeu à leitura de uma carta da Deputada Maria Inês Pereira Maurício que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes nesta sessão da Assembleia Municipal e que lhes dirija umas breves palavras. -----

----- Recentemente dirigi ao Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior um pedido de suspensão de mandato durante seis meses pela razão de que vou iniciar um novo desafio profissional no estrangeiro durante esse período. -----

----- Aquilo que era um objetivo, uma experiência profissional no estrangeiro, juntou-se a uma necessidade na ausência de oportunidades naquele que é, e sempre será, o meu país. Permitam-me, já que durante pelo menos seis meses não terei oportunidade de intervir neste órgão, que vos dirija umas breves palavras, preocupações e alertas. –

----- Não acho dramático que um jovem emigre à procura de experiências diferentes na procura de conhecer novas culturas, outros povos e que queira aprofundar conhecimentos noutros contextos. Mas acho dramático que um governo diga aos seus jovens qualificados que emigrem. Acho dramático que um governo considere que todos têm essa opção sem conhecer realidades de jovens que são o sustento de uma família, que tem que cuidar dos seus pais ou dos seus filhos. Acho dramático o governo não conhecer a realidade do país sem perceber que para muitos emigrar não é uma opção porque pouco têm para pôr numa mala. Acho dramático que diga aos jovens que têm que sair da zona de conforto sem perceberem que quem emigra vai sim em busca de algum conforto e que estar desempregado e a querer trabalhar não é a zona de conforto, mas sim de desconforto. Acho dramático que nos chamem piegas e que não reconheçam quem quer acreditar que pode dar um grande contributo no seu país ficando por terras lusas. Acho dramático chamar piegas a milhares de portugueses que todos os dias se levantam para receber menos do que merecem, mas que ainda assim mostram a sua coragem e esperança num futuro melhor. Acho dramático o governo achar que nascemos todos com as mesmas oportunidades, que partimos todos do mesmo ponto de partida e que quem não vence é porque é preguiçoso. Acho dramática a ausência de palavras de força e reconhecimento quanto aos empresários que pagam os seus impostos e que diariamente lutam para manter os seus trabalhadores. Acho dramático que não conheça a história de Portugal porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

tão importante como saber para onde vamos é saber de onde viemos. Acho dramático que não grite bem alto o quanto os portugueses são esforçados, corajosos e brilhantes. -----

----- Infelizmente, também no concelho de Rio Maior, assistimos a vários jovens a abandonarem o seu país, não porque queiram mas porque têm. Mas alerto-vos novamente para a atenção de que nem todos têm esta oportunidade, nem todos podem, e aos que ficam é preciso dar ferramentas, dar oportunidades. A questão de que o estado deve ou não criar emprego é discutível, mas o que, na minha opinião, não é discutível é que cabe a quem governa a nível nacional ou local disponibilizar ferramentas para que os cidadãos possam criar as suas oportunidades. Achar que num momento de crise não se devem criar novas empresas é desconhecer a realidade dos últimos dez anos. Aquilo que dantes era associado a uma empresa, uma fábrica, dezenas de trabalhadores, hoje não é o mesmo. Um computador, uma ligação à internet e um plano de negócios foi aquilo que muitos jovens precisaram para criar as suas empresas de carácter tecnológico e inovador, mas sobretudo resultante de jovens empreendedores. Um jovem riomaiorense que quer criar a sua empresa no seu concelho tem que ter e sentir apoio, tem que ver o seu poder local a fomentar esse empreendedorismo, a querer dinamizar o seu concelho, e mais do que alertar para as dificuldades quem governa tem que dar todo o apoio possível e ferramentas para que seja bem sucedido. A simples biologia diz-nos que a juventude é o futuro de todas as nações e cabe a todos nós fazer tudo o que nos é possível, de todas as formas possíveis, para que seja um futuro melhor. -----

----- Votos de um excelente trabalho na defesa dos verdadeiros interesses e preocupações dos riomaiorenses, sempre um até já.” -----

----- Finalizada a leitura disse ainda que a bancada socialista gostaria de deixar um agradecimento pela dedicação e pelo empenho que durante o tempo em que a Maria Inês Pereira Maurício desempenhou funções nesta assembleia demonstrou e desejar as maiores felicidades para o futuro. -----

----- Solicitou ainda que constasse em ata que lamenta que alguns dos membros desta assembleia se comportem com muita falta de urbanidade, dando assim origem a momentos pouco dignos com comentários e com gestos que não lhes fica nada bem. Disse ainda que as pessoas deviam saber que não foram eleitas para dizerem o que querem, quando querem e como querem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Ponto II – Pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal – Mário Luís Nogueira Ramos -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto à Assembleia Municipal através da leitura do requerimento. -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Afirmou ser penoso ver que gente nova deixa a assembleia, já que considera ser necessária a presença de gente nova e dinâmica. -----

----- No âmbito do tema da emigração, relatou um caso inverso, de sucesso, de alguém que quis instalar um negócio em Portugal e em vez de emigrar passa grande parte do tempo em viagens pela Europa, a contactar com outras empresas, para que o negócio cá prospere. -----

----- Considerou, por isso, que os jovens por vezes também podem fazer cá o que se faz lá fora. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Nos termos legais e regimentais foram chamados os deputados António Jorge da Silva Madeira (CJF) e António Luís de Sousa Costa (PS) para tomar posse nos lugares dos deputados que pediram suspensão. -----

----- Ambos apresentaram documento de identidade e foram legitimados a ocupar o lugar como membros da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto III – Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 600 000,00 € - Cessação de contrato -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes ---

----- Ponto IV – Empréstimo de Médio e Longo Prazo até ao montante de 128 292,00€ - Celebrado no âmbito do QREN-EQ – Cessação de contrato -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado António Luís de Sousa Costa -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que faz parte deste órgão com muito prazer e que espera com a sua contribuição poder contribuir para a elevação dos trabalhos, respeitando a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

eventual disciplina de voto que me for imposta, mas sempre sem abdicar dos seus princípios e daquilo em que acredita. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto V – LT- SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – Isenção de IMI e IMT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Iniciou por dizer que nada tem contra a isenção proposta, mas evidenciou que foi necessário buscar alguma proteção legal para que efetivamente os órgãos, nomeadamente a Assembleia Municipal, tivesse a competência para o efeito solicitado. -----

----- Indicou o sentido de voto favorável mas interrogou que numa altura em que todos nós estamos tão sufocados com a sobrecarga fiscal, como será com os proprietários da zona que numa posterior reavaliação do seu imóvel terão um grande acréscimo no valor do imposto. -----

----- Referiu ainda que no âmbito das avaliações que agora estão a ser feitas pelo serviço de finanças para atualização dos valores dos prédios, começou já a receber as notificações e deu conta que o valor a pagar de IMI triplicou, o que torna o seu pagamento impossível para muitas das pessoas. -----

----- Afirmou estarmos perante o verdadeiro terrorismo fiscal. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da participação em espécie e caracterizasse o prédio em questão. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Iniciou por realçar e subscrever a intervenção da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- Relativamente ao ponto em discussão, e tendo em conta que o sentido de voto do BE à criação da SRU foi desfavorável, o sentido de voto continua a ser desfavorável, em especial por que não vê porque razão esta sociedade reúne condições para ser isenta de pagamento de impostos que todo o cidadão e todas as empresas têm que pagar. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou este como um bom exemplo de qual é a política fiscal deste governo e das leis do governo anterior, ou seja, criam-se as condições para uma empresa municipal já prever na sua constituição a isenção do IMI e do IMT. -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque a SRU pode ser um elemento dinamizador, mas chamou à atenção para uma outra questão que é a equidade fiscal, dizendo que se a SRU tem isenção do IMI e do IMT de 10 anos, os 5 agora a aprovação e a possibilidade de renovação por mais 5 anos, terá que haver mecanismos para permitir que os privados ou as empresas que façam obra na área de intervenção possam beneficiar também disso. -----

----- Chamou também à atenção que atualmente se encontram a decorrer as reavaliações dos prédios urbanos e que muito em breve serão os prédios rústicos e que dessa reavaliação nem um cêntimo será transferido para os municípios e para as freguesias, fica tudo retido na administração central. -----

----- Considerou ser preciso reivindicar leis que beneficiem o povo e não acatar leis que provocam situação de desigualdade. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a doação deste prédio veio em tempo a aprovação da Assembleia Municipal e trata-se do antigo depósito da água que fica na Rua Marquês de Rio Maior e que a distribuição do capital social da empresa pelos vários municípios é em função do valor total do FEF. -----

----- Informou também que este período é por 5 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 5 anos, e que os particulares que integram a área de intervenção da SRU também têm os seus benefícios fiscais, nomeadamente isenção de IMI durante um determinado período de tempo e diminuição do valor do IVA na execução da obra. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 27 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções. -----

----- **Declaração de voto da Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Que seja considerado aquilo que eu disse antes passe para depois também, não sendo formalmente, mas eu sinto que a minha intervenção foi como se tivesse sido uma declaração de voto.” -----

----- **Declaração de voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “Nós abstinemo-nos porque achamos que há aqui uma contradição grande. A par e passo esta sociedade veio de uma coisa que parecia só de capitais públicos para capitais privados, foi avançando, avançando, avançando e às tantas temos uma coisa que deveria servir para o bem de todos a estar na mão de alguns, e nós não estamos de acordo com isso e temos que ter cuidado com essa situação. -----

----- E se o IMI é compreensível do ponto de vista da intervenção, o IMT parece-nos completamente desproporcionado, até quiçá, suscetível de permitir coisas pouco transparentes. -----

----- **Ponto VI – 1ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2012** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Interveio sobre elogiar a gestão da Câmara na pessoa da sua Presidente porque de um orçamento de 30 milhões passar para 18 milhões é preciso um esforço muito grande para manter uma empresa a funcionar neste moldes e com uma herança já muito pesada. -----

----- No entanto, referiu que verificou que cerca de 70% das receitas foi sobre multas e outras penalizações e equaciona se nós não andamos a tentar criar no cidadão maneiras de eles prevaricarem para se passar multas, como impostos indiretos muito pesados. -----

----- Aproveitou ainda para se referir aos recursos humanos da câmara e para dar conta que a maioria são mulheres e que as faltas por doença são exageradas, 5000 em trezentos e poucos funcionários, em particular na Escola Básica das Marinhas do Sal que tem um índice de faltas por doença que é uma brutalidade e também de sinistralidade, acidentes de trabalho, considerando que é preciso rever o que é que se passa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 31 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto VII – Documento de Prestação e Consolidação de Contas – 2011** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, que se transcreve na íntegra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- “O presente documento traduz a execução do ano de 2011, tal como se encontra demonstrado no relatório de gestão. Evidenciou o esforço realizado pelo município de Rio Maior no sentido de realizar investimentos de grande importância e imprescindíveis para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, aproveitando os instrumentos em sede de QREN e a redução das despesas de funcionamento da estrutura municipal. -----

----- Atendendo à conjuntura económico-financeira desfavorável que o país atravessa e que levou à adoção, pelo governo, das medidas de restrição orçamental às autarquias locais, inicialmente com os programas de estabilidade e crescimento e com o programa de assistência financeira, reduziu de forma significativa a sustentabilidade dos fundos públicos municipais. O reflexo destas medidas verifica-se na redução do valor das transferências do estado e na redução das receitas do imposto municipal sobre os imóveis com a diminuição do mercado imobiliário. -----

----- Dos resultados obtidos destaca-se a redução global das receitas municipais em cerca de 3,5 milhões de euros, face ao ano anterior, correspondendo a receita corrente a uma diminuição de 8,2%, 783 mil euros, designadamente em sede de transferências correntes e impostos diretos e indiretos. Por outro lado, os rendimentos a que a execução orçamental ficou aquém da previsão são: a venda de bens de investimento o que revela o facto de não ter sido concretizada a venda de todo o immobilizado corpóreo que a Câmara pretendia alienar, designadamente alguns dos lotes de terreno destinados a instalação de indústrias e à construção de habitação; passivos financeiros em que se contabiliza um valor inferior ao inicialmente previsto devido à não utilização da totalidade dos empréstimos contratados destinados ao cofinanciamento das obras financiadas por fundos comunitários; transferências correntes em que se regista também uma quebra em relação ao orçamento facto que se deve essencialmente à redução do fundo de equilíbrio financeiro. -----

----- Contudo, apresenta um índice de execução superior ao inicialmente previsto em termos absolutos a venda de bens e serviços correntes assim como o rendimento da propriedade, conforme relatam os mapas do controlo do orçamento. -----

----- Por sua vez, do total das despesas realizadas no ano de gerência, 12,8 milhões correspondem a despesa corrente e 6,1 milhões a despesa de capital. No geral o município atingiu uma execução orçamental no total da despesa de 63,39% e da receita 63,10%. A execução orçamental no ano de gerência atingiu, quer a nível da receita quer a nível da despesa, mais de 63%. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- As transferências do orçamento de estado provenientes do FEF e do fundo social municipal, a participação nos impostos assim como o financiamento ao abrigo dos programas comunitários foram, como sempre, as receitas que mais contribuíram para a execução orçamental. -----

----- No ano de gerência para além de se ter cumprido o princípio do equilíbrio orçamental foi possível economizar-se uma parte significativa das receitas correntes num montante correspondente a mais de 8% do seu valor global e afetar o respetivo valor à cobertura da despesa de capital. A execução global das grandes opções do plano no ano de gerência atingiu a taxa de 49,98%. -----

----- Ao longo do ano a autarquia continuou a registar uma redução na dívida de médio e longo prazo. O município de Rio Maior, não obstante os constrangimentos financeiros atuais, goza de uma ligeira capacidade de endividamento, dispondo de 5% da sua capacidade líquida total. -----

----- Procedeu a transferências para as juntas de freguesia no montante de 535 988,25 euros e para o movimento associativo o montante de 117 777,06 euros. -----

----- O município pretende atenuar esta situação com a continuidade de implementação de medidas que permitam melhorar a eficiência e a eficácia na cobrança de receita e no funcionamento dos serviços, através de novos procedimentos de controlo interno e na celeridade dos procedimentos e contraordenações e de execução fiscal. -----

----- Apesar dos sucessivos aumentos do funcionamento da atividade municipal decorrentes designadamente do aumento do IVA, na área da prestação de serviços, eletricidade, combustíveis e transportes escolares, constata-se a redução de contratos e a não renovação de outros. -----

----- Pretende este executivo continuar com investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do concelho e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através do esforço de contenção e de racionalização de custos da estrutura municipal, com o objetivo de prestar serviços de maior e melhor qualidade aos munícipes e aos seus colaboradores. -----

----- Em termos de investimento relevante em 2011, destacam-se as obras do centro de alto rendimento de natação, 190 mil euros aproximadamente, a construção e beneficiação dos troços da rede viária, 1 milhão e 87 euros aproximadamente, a construção do centro escolar n.º 3, 220 mil euros aproximadamente o programa de ação para reabilitação urbana da cidade de Rio Maior, 416 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Tem este executivo a consciência da pressão financeira a que está sujeito o município e os agentes económicos decorrentes da atual conjuntura. Apesar disso, este executivo poderá melhorar o desempenho orçamental e patrimonial obtido através dos projetos em curso, permitindo que o relacionamento entre a autarquia e os municípios seja pautada por uma cultura de exigência na gestão dos dinheiros públicos e na prestação de serviços de qualidade, independentemente das condicionantes impostas, quer pela legislação nacional quer comunitária. -----

----- Deixo igualmente e manifesto o meu agradecimento público aos funcionários da autarquia por todo este trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2011, agradecendo e reconhecendo claramente o empenho e o profissionalismo de todos os funcionários assim como, já o fiz também na reunião de câmara, a compilação do que foi a atividade do ano de 2011.” -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca de alguns aspetos da consolidação e prestação de contas de 2011 como: dos dinheiros públicos que foram gastos em 2011, 140 mil euros de uma segunda tranche num total de 280 mil euros que custou a aquisição de dois edifícios centenários da Praça do Comércio e questionou se estes foram demolidos não se percebe este investimento. -----

----- Considerou que neste contexto de crise que vivemos este é um exemplo de má gestão e desperdício de dinheiros públicos. Disse ainda que para além de ter sido uma opção errada, na sua perspetiva, em termos de política de urbanismo foi conducente à descaracterização do centro tido como histórico da cidade de Rio Maior. -----

----- Afirmou ainda que se destaca uma poupança de 150 mil euros com pessoal e em face deste facto questionou como é que foi feita essa poupança e acrescentou que foi provavelmente com o 13º e 14º mês que os trabalhadores deixaram de receber. -----

----- Sublinhou ainda a primeira frase do capítulo referente ao relatório de gestão de recursos humanos “o funcionamento da estrutura municipal depende essencialmente dos recursos humanos” com a qual concorda inteiramente. Salientou que o papel dos trabalhadores é fundamental e tem que ser valorizado e considerou ser necessário fundamentar a participação e envolvimento dos trabalhadores, dando-lhes o devido valor na vida da autarquia como forma de gestão participada. -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por dizer que este é o momento que dá para analisar a prática política do executivo ano a ano e voltou a referir que para quem quer preparar-se deve ter acesso à documentação deve chegar mais cedo, não só pela riqueza que têm mas também por serem bastante áridos. -----

----- Realçou três aspetos deste relatório: a primeira é que se prova mais uma vez que começa a ser defeito dos executivos desta casa inflacionarem os orçamentos iniciais, já que a Câmara previa 30 milhões e a receita efetiva foram 18 milhões e considerou que sendo um instrumento de previsão esta deve ser por baixo e não por alto. Disse ainda que o mesmo acontece em relação à despesa, porque falou-se na taxa de execução mas chamou à atenção para o valor final do plano plurianual de investimentos de 2011 foi de 9 177 973 milhões de euros e o valor executado foi de 3 231 milhões de euros, ou seja o grau de execução efetiva foi de 31%. -----

----- Considerou que é evidente de que quem faz o relatório chama à atenção para a gestão mas que também considerou que também deve chamar à atenção que nas atividades mais relevantes em 2011 o que estava previsto eram 5 700 milhões de euros e apenas foram executados 3 229 milhões de euros, ou seja, o grau de execução foi entre 56% e 58%. Referiu ainda que nas grandes opções do plano estavam previstos 14 milhões de euros e o executado foram 6 161 milhões de euros, ou seja, houve uma taxa de execução entre 41% e 43%. -----

----- Considerou, por tudo isto, que quando se lê não se deve ler apenas os 66% iniciais mas deve também ler-se o realmente concretizado. -----

----- Salientou que o juízo de valor aqui é político e estes dados devem ser lidos com sentido crítico. Fez notar que a situação tem que ver com as dificuldades com a crise e simultaneamente com as dificuldades objetivas que aqui estão representadas. -----

----- Chamou à atenção para um aspeto que considera muito importante. Referiu que quando foi a aprovação do orçamento para este ano considerou que o executivo tinha tido um “golpe de asa” que foi o facto de face a uma conjuntura tão difícil, tão complexa, ter assumido perante as juntas de freguesia que transferiria igual verba relativamente ao ano de 2010 e isso fez com que votasse a favor desse orçamento. ---

----- Lamentou, por isso, que haja freguesias que ainda estão com despesas de capital para receber, nomeadamente a de Asseiceira cujo valor é 19 060 euros. -----

----- Afirmou que nessa perspetiva, não obstante elogie o trabalho, não poderá votar a favor deste relatório e irá abster-se porque é um problema de consciência política e um problema de consciência intelectual. Voltou a salientar que votou o orçamento na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

expectativa da “menina dos olhos” do executivo serem as juntas de freguesia e terem essa transferência feita. Admitiu que por impossibilidade não tenha sido efetuada e que isso o obriga, do ponto de vista da ação política, a abster-se, reforçando que nos próximos tempos as juntas de freguesia possam ter esta situação regularizada, já que as populações que representam estão com dificuldades e estas autarquias perderam em dois anos 25% das receitas. Afirmou que para isso terão que ser definidas prioridades. -----

----- Indicou ainda uma outra preocupação que tem a ver com o mapa de pessoal onde se constata que 41 pessoas, em cerca de 300, têm outro tipo de vínculo e considerou ser muito importante valorizar-se a criação de emprego, apontando a título de exemplo a gestão da Desmor em certas áreas, e que é preciso que este fórum tenha acesso a documentação e à experiência dessas pessoas. Questionou concretamente em que situação estão essas 41 pessoas. -----

----- Deixou claro, com toda a franqueza como sempre fez, que nos 15 anos de presidente junta de freguesia houve já um ano, em executivos anteriores, em que as juntas não receberam nada, mas foi dito para que não contassem com nada. Salientou que precisa de saber urgentemente com o que se pode contar, porque é insuportável a situação de incerteza. -----

----- Em relação a este documento lembrou uma proposta que fez anteriormente e que continua a não vingar e solicitou que ficasse expresso em ata que quando fosse a análise deste documento que a assembleia municipal só tivesse esse ponto, ou seja, considerou que não faz sentido que quando é a aprovação do orçamento e plano de atividades e depois a sua concretização, tenhamos agendas com dezanove pontos. Reafirmou que deve ser apenas um, as GOP e PPI ou relatório de contas e gestão, pela minúcia e importância destes documentos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou que a bancada do Partido Socialista se irá abster porque para além daquilo que foi já dito anteriormente considerou este como um documento político e que o orçamento e a prestação de contas deveriam ser, se não em exclusivo, praticamente em exclusivo a agenda da respetiva sessão da assembleia municipal. ----

----- Disse ainda que esta prestação de contas é uma prestação de conta de um ano difícil, mas é uma prestação de contas de um orçamento de total responsabilidade da coligação e portanto considerou que aquilo que foi executado e que não foi executado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

é da exclusiva responsabilidade do município e que esta não teria sido a opção do Partido Socialista. -----

----- Considerou que numa altura em que se previa crise era preciso prever que para executar era preciso repartir, e que não entrando em detalhes porque não houve tempo para análise do documento, reafirmou como sentido de voto a abstenção porque esta não é a forma de dirigir os destinos de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que em relação à redução das despesas de pessoal esta surgiu da reestruturação que foi efetuada em dezembro de 2010, com contratos que terminaram, dirigentes que, fruto da reestruturação imposta, voltaram aos seus lugares de origem, ao falecimento de alguns funcionários, à redução de horas extraordinárias e racionalização das mesmas e também aposentações que surgiram entretanto. -----

----- Referiu que no ano de 2011 também foi possível ao município saldar toda a dívida da ADSE que vinha sendo acumulada ao longo dos últimos anos. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que os prédios da Praça do Comércio para o espaço polivalente foram adquiridos porque feitas as contas entre a renda que teria que se pagar por um período temporal de quinze anos e o valor para da aquisição, esta última opção foi considerada como a mais favorecia o interesse público, enriquecendo o património da Câmara Municipal em detrimento do pagamento de uma renda mensal. -----

----- Fez notar que tem havido uma redução dos trabalhadores desta autarquia por várias razões, pelas reestruturações, pelas aposentações e porque para muitas das pessoas que se encontravam com contratos a termo certo não foi possível a renovação do mesmo. Referiu no entanto que a Câmara Municipal neste executivo já regularizou a situação de vários trabalhadores independentemente da sua categoria e encontram-se neste momento concursos a decorrer, que se correrem bem e se houver disponibilidade financeira para avançar, mais alguns trabalhadores irão pertencer ao mapa de pessoal deste município. -----

----- Disse também que desde que a sua memória lhe permite lembrar nunca os orçamentos foram cumpridos, sempre houve desvios, porque considera que qualquer orçamento é um orçamento que pode ou não concretizar-se dependendo da conjuntura e de fatores externos, como é agora a crise instalada que passamos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referiu que a Câmara Municipal neste executivo tem vindo a cumprir com a lei relativamente ao SIADAP, informando que foi feita a avaliação de todos os trabalhadores sem exceção no ano de 2010 e 2011 e que estão a ser definidos os objetivos para 2012. -----

----- Por fim, e comparando o ano de 2009 com o de 2011, informou que a Câmara Municipal de Rio maior reduziu a dívida a terceiros em 1,5 milhões de euros e reduziu a dívida a longo prazo em 3 milhões de euros, ou seja, neste período temporal a dívida a curto prazo e médio longo prazo teve uma redução de 4,5 milhões de euros. Saliu ainda que se as receitas não tivessem tido também uma redução de 3,5 milhões de euros possivelmente a redução da dívida a médio e curto prazo teria sido muito maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 24 votos a favor e 7 abstenções. -----

----- **Ponto VIII – Hasta Pública para alienação de património municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Em relação a este ponto referiu que se chega à conclusão que esta prática é generalizada nesta altura de crise e questionou se haverá quem compre. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e disse que a bancado do Partido Socialista de quer de forma nenhuma obstaculizar este procedimento porque considera que esta é uma forma de providenciar uma receita, mas disse, para que conste, que os valores apresentados são altos e que assim sendo muito possivelmente não será realizada, ou seja consta da rubrica na parte da receita e muito provavelmente nunca será realizada. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Considerou que os valores apresentado são exagerados na avaliação e tem um outro senão que é p facto de que quem compra está sujeito ao IMI também este muito alto. No entanto disse achar bem que a Câmara tente arranjar capital. -----

----- Esclareceu ainda que quando disse que a Câmara tem muitos funcionários ausentes por doença compreende o porquê: é que a maioria são mulheres e a média



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

de idades é acima dos 53 anos o que quer dizer que há muita gente já idosa para a prestação de serviços e daí, talvez, mais sujeitas a doenças. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Considerou ser evidente que a Câmara tem necessidade de realizar receita e a alienação de património é uma forma de o fazer, mas fez notar que nos encontramos numa altura que não é muito propícia para negócio em face da crise instalada e que os preços de base de licitação apresentados não são os mais convidativos. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Disse ser óbvio que associado a este ano de crise se comece a alienar património. Salientou que na última hasta pública não apareceram candidatos, talvez por estratégia da Câmara o valor está acima do valor de mercado e agora vai baixando, continuando, no entanto, bastante elevados. -----

----- Referiu ainda que associado à compra há que ter em atenção o IMI e o IMT e que em face da previsão de aumento destes dois impostos, tem muitas dúvidas que se consiga vender alguma destas coisas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Em relação às intervenções feitas e aos valores esclareceu que os valores foram apurados com base em avaliações e comissões de avaliação e admite a possibilidade de esta hasta pública voltar a ficar deserta, mas que os valores de base de licitação têm que ser de acordo com as avaliações efetuadas. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Em relação aos valores disse que estes foram aqueles que de acordo com a comissão de avaliação da Câmara Municipal se achou serem os valores corretos e os valores de mercado, embora os valores de mercado oscilem com grande rapidez atualmente e que espera que esta hasta pública resulte na venda dos bens e não resultando terá que ser efetuado novo procedimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto IX – Junta de Freguesia de Rio Maior – Pedido de declaração de Interesse Público Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Questionou se a autora do projeto inicial do moinho foi consultada já que existe uma alteração do edificado e qual foi o parecer da mesma, que utilização se prevê para o moinho neste projeto e se não existe nenhuma incompatibilidade face ao original. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu desde logo que todas as dúvidas colocadas foram perfeitamente esplanadas numa Assembleia de Freguesia mas que estando todos de acordo prestaria os esclarecimentos nesta intervenção. -----

----- Explicou que se trata de uma candidatura ao APRODER na medida 3.2.1 e visava várias coisas sendo a ampliação da casa do burro do moinho da Junta de Freguesia apenas um dos pontos desse projeto. -----

----- Esclareceu que o que se pede aqui é que seja reconhecido o interesse deste projeto para o desenvolvimento turístico e económico da freguesia e conseqüentemente do concelho de Rio Maior, que envolve diversas ações como o desenvolvimento de um roteiro turístico do património rural e edificado, a existência de bicicletas de uso gratuito para a população, a feitura de um vídeo demonstrativo de como funciona o moinho já que este não tem condições para ser visitado em funcionamento. -----

----- Explicou ainda que esta ampliação da casa do burro permitirá a existência de um espaço de bebidas e uma zona de mesas de sala que funcionará simultaneamente como apoio ao estabelecimento do espaço de bebidas e como pequena sala de reuniões ou de visitas de estudo onde é explicado o processo de funcionamento do moinho. -----

----- Informou que a arquiteta autora do projeto foi consultada e não demonstrou qualquer oposição ao projeto. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e evidenciou o facto de finalmente se ver a Junta de Freguesia de Rio Maior a dar continuidade a uma valorização do património, a valorização do moinho, e uma Junta de Freguesia dinâmica como já não via há muito. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Enfatizou duas questões: a primeira é ainda haver organismos que se podem candidatar a estes fundos e a segunda é que isto é a maneira de recuperar um museu morto, já que considera que o moinho conforme está é um museu morto. Salientou que foram gastos cerca de 90 mil euros para não haver qualquer tipo de dinâmica em redor do mesmo. -----

----- Salientou que em 2011 recebeu cerca de 8000 turistas pela zona e só grupos guiados que visitaram o parque foram mais de 155. -----

----- Afirmou estar absolutamente de acordo que se considere aquele espaço importante, de interesse público municipal, que aquele espaço possa dar vida a um moinho morto e que quando se fizer estas coisas se dê e se calcule a sua utilização popular, porque os museus e estes espaços só têm sentido se forem espaços públicos e hoje o espaço público é decisivo na construção da democracia. -----

----- Lamentou apenas que logo depois de gastos cerca de 90 mil euros não tenha sido posto a funcionar o moinho visando mais um ou dois postos de trabalho. -----

----- Reafirmou a sua concordância com o projeto, indicou o sentido de voto como favorável e desejou que apareçam muitos destes projetos para dinamização do espaço público. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 29 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção do público presente. -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram vinte horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: _____